



PLANO DE MANEJO APA DAS
NASCENTES
DE ARAGUAÍNA

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Instituto de Atenção às Cidades - IAC



PLANO DE MANEJO APA DAS
NASCENTES
DE ARAGUAÍNA

ARAGUAÍNA - TO
Julho de 2026

PLANO DE MANEJO APA DAS NASCENTES DE ARAGUAÍNA

Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins CTT – Comissão Técnica Temporária

Cledson da Rocha Lima
Presidente

Perla Oliveira Ribeiro
Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Victor Danilo Moreto
Gerente das Unidades de Conservação

Laudy Carpes Malescha
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Maurício José Alexandre de Araújo
Gerência de Inspeção Ambiental

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Oscar Barroso Vitorino Júnior
Gerência de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento

Aline Maria Constantin
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Ayranan Leite Anunciação Suzuki
Supervisora da unidade de conservação
Presidente do Conselho Gestor da APA das Nascentes de Araguaína

Benilson Pereira de Sousa
Supervisão da unidade de conservação

Prefeitura Municipal de Araguaína

Wagner Rodrigues
Prefeito

Joaquim Quinta Neto
Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem
Reitora

Marcelo Leineker Costa
Vice-reitor

Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT
Coordenação e Acompanhamento

Humberto Xavier de Araujo

Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT.
Coordenador Geral.

Maria Carolina D'Oliveira

Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT.
Coordenadora Técnica.

Thiago Costa Gonçalves Portelinha

Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT.
Especialista em Meio Físico.

Fernan Enrique Vergara Figueroa

Doutor em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos – Prof. da Engenharia Ambiental e no PPGEA/UFT. Especialista em Recursos Hídricos.

Elineide Eugênio Marques

Doutora em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT. Especialista em Meio Biótico.

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca

Doutor em Economia do Desenvolvimento – Professor da Economia da UFT.
Especialista em Socioeconomia.

Sarah Afonso Rodovalho

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT.
Especialista em Leitura Comunitária.

Roberta Mara de Oliveira Vergara

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Engenharia Civil e no PPGEA/UFT.
Especialista em Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Polliana Gomes Lopes

Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT.
Especialista em Meio Físico.

Sérgio Carlos Bernardo Queiroz

Doutora em Tecnologia Ambiental – Prof. da Engenharia Ambiental e no PPGEA/UFT.
Especialista em Recursos Hídricos.

Murillo Barros de Carvalho

Doutor em Ciências do Ambiente - PpgCiamb/UFT.
Especialista em Meio Biótico.

Renato Silva Reis

Mestre em Geografia e doutorando em urbanismo no Dinter UFRJ/UFT.
Especialista em Leitura Comunitária.

Ana Livia de Macêdo Arouca de Lima

Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

Pedro Igor Galvão Gomes

Mestre e doutorando em Ciências do Ambiente - PpgCiamb/UFT.
Especialista em Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Samuel de Andrade Lopes

Mestrando em Engenharia Ambiental - PPGEA/UFT.
Especialista em Geotecnologias.

Juliana Barros Martins Coelho

Advogada
Assistente Administrativo

Davi Dias do Amaral

Graduando em Arquitetura e Urbanismo UFT
Bolsista Leitura Comunitária

Thalita Nayara Rocha Godoy

Graduando em Engenharia Ambiental UFT
Bolsista Meio Físico

Maria Graziele Paiva Firmino

Graduando em Biologia UFT
Bolsista Meio Biótico

Thaisla Amaro Resplandes

Graduando em Ciências Econômicas UFT
Bolsista Socioeconomia

Marina Lourenço Mota

Graduando em Engenharia Ambiental UFT
Bolsista Geoprocessamento

Jhemylle da Silva Sales

Graduando em Engenharia Civil UFT
Bolsista Geoprocessamento

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva

Diretor Presidente

DIREITOS AUTORAIS

Copyright@2026 de Instituto de Atenção às Cidade – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, dos autores, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira; Humberto Xavier de Araujo. Primeira edição, 2026.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PÚBLICO-ALVO	10
2.1. Equipe de Planejamento, Naturatins, e Prefeituras Municipais	10
2.2. O Conselho Gestor Deliberativo da APA	12
2.3. Demais Atores Sociais por Município	13
2.3.1. Araguaína.....	13
2.3.2. Babaçulândia	13
2.3.3. Wanderlândia	14
3. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	14
3.1. Material de divulgação	14
3.1.1. Caracterização e Resumo da Gestão	14
3.1.2. Guia do Participante.....	15
3.1.3. Outros materiais gráficos e digitais.....	16
3.2. Meios de Comunicação e Mobilização.....	17
3.2.1. Documentos oficiais - Ofícios/ convites/ e-mails	17
3.2.2. Audiovisual e Internet	17
4. PROCEDIMENTO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS	19
4.1. Plenária do Conselho Gestor Deliberativo da APA das Nascentes de Araguaína	19
4.2. Reuniões setoriais.....	20
4.3. Oficinas Comunitárias de elaboração do Plano de Manejo.....	20
4.4. Audiências Públicas.....	22
5. PROPOSTA DE CRONOGRAMA DE EVENTOS.....	23
REFERÊNCIAS	24

APRESENTAÇÃO

A **Área de Proteção Ambiental (APA) das Nascentes de Araguaína** foi criada pela Lei Estadual nº 1116, de 9 de dezembro de 1999 com 15.821,50,00 ha (quinze mil, oitocentos e vinte e um hectares e cinquenta ares), localizada nos municípios de Araguaína, Babaçulândia e Wanderlândia (**Figura 1**). A **APA das Nascentes de Araguaína** foi criada com a finalidade de proteger as nascentes, os cursos d'água, a fauna, a flora e os recursos naturais com potencial turístico, de forma a garantir o seu aproveitamento equilibrado, sustentável e compatível com a conservação dos ecossistemas locais.

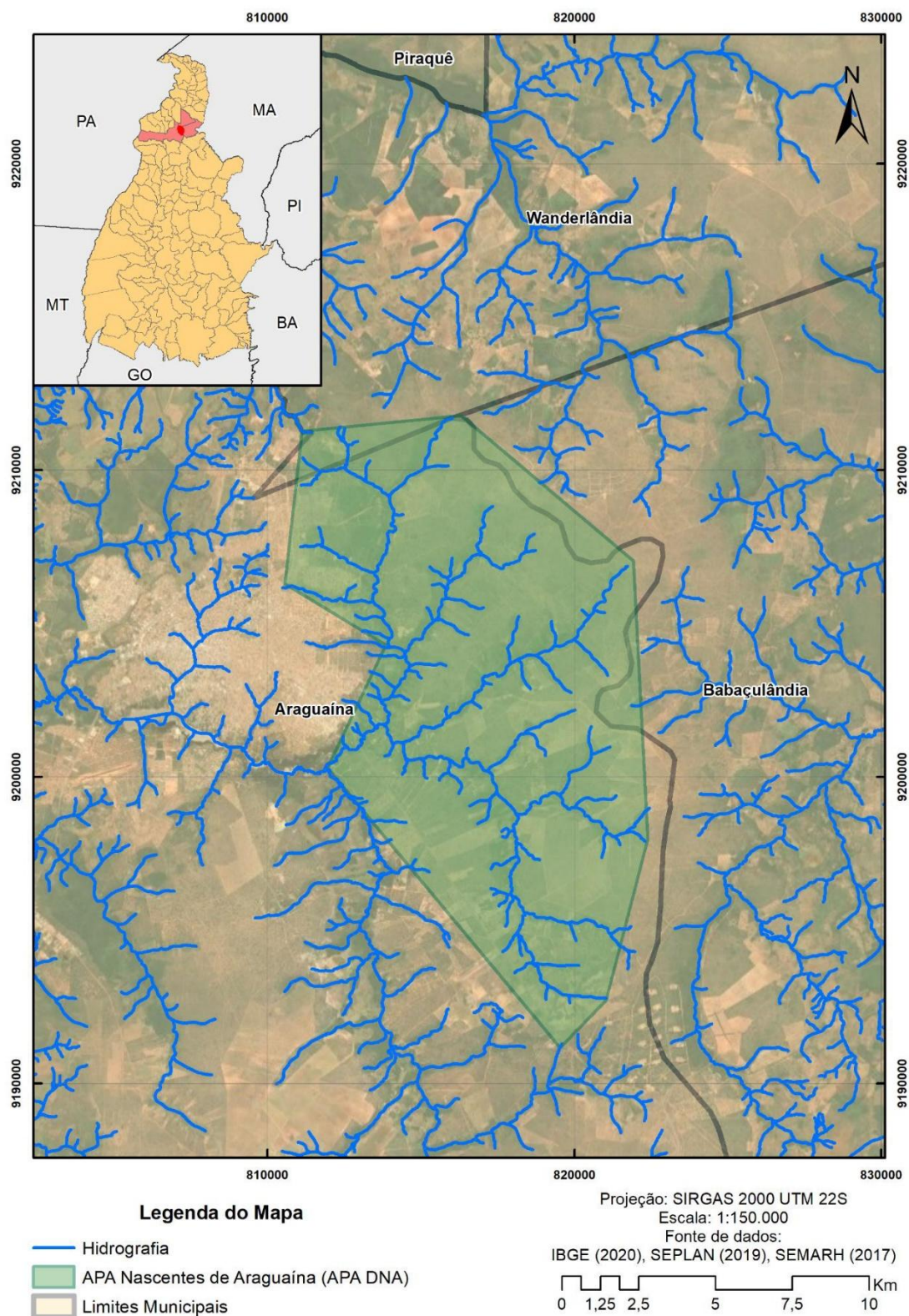
Está previsto na Lei Estadual nº 1116/ 1999 que a implantação, supervisão, administração e fiscalização da **APA das Nascentes de Araguaína** é competência do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), cabendo a ele, respeitando o direito de propriedade, disciplinar: a implantação e o funcionamento de indústrias, potencialmente poluidoras, capazes de afetar os mananciais existentes; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, dragagem, escavação e mineração; atividades que possam provocar erosão acelerada ou acentuado assoreamento das coleções hídricas; loteamentos e obras de urbanização; ações que possam ameaçar espécies raras da biota ou manchas de vegetação primitiva; e a utilização de biocidas.

O Plano de Manejo é o instrumento responsável por regulamentar o uso do solo e dos recursos naturais na APA, estabelecendo diretrizes claras para a ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental. Ele é essencial para garantir critérios adequados para a ocupação territorial, mitigar riscos de degradação dos ecossistemas e promover a segurança jurídica para os empreendimentos econômicos. A regulamentação proporcionada pelo Plano de Manejo contribui diretamente para o equilíbrio ambiental, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a qualidade de vida da população residente nesses nove municípios e na região.

No sentido elaborar uma proposta de elaboração do Plano de Manejo para a **APA das Nascentes de Araguaína** que buscasse uma abordagem integrada entre a leitura técnica e comunitária foi firmado o termo de Convênio entre o Naturatins, a Prefeitura de Araguaína e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio do Instituto de Atenção às Cidades (IAC).

O presente **Plano de Comunicação** descreve a metodologia inovadora para a elaboração da proposta de Plano de Manejo da **APA das Nascentes de Araguaína**. A metodologia integra ciência e a comunidade, reunindo além dos dados técnicos também o diálogo com a população local. A metodologia tem como principal referência o “roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais” publicado pelo **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)** em que destaca a importância do envolvimento da população em todas as etapas, garantindo que o plano seja construído de forma colaborativa e que o resultado represente os interesses e as expectativas de quem realmente vive e depende da unidade de conservação (ICMbio, 2018).

Figura 1: Mapa de Localização



Fonte: IAC, 2026.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), traz em seu capítulo VI – do Meio Ambiente. art. 225. A garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Designando ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Posteriormente a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que incluiu como diretriz assegurar a **participação efetiva das populações locais** na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000).

A Instrução Normativa (IN) nº 7/2017/gabin/ICMbio, de 21 de dezembro de 2017, estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. E destaca que a **participação efetiva** das comunidades tradicionais e grupos sociais relacionados à unidade de conservação (UC) deve ser assegurada, valorizando o conhecimento tradicional e local e harmonizando interesses socioculturais e conservação da natureza, em todo o processo de elaboração, revisão e implementação dos planos de manejo.

Segundo o roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. A **participação social** deve acontecer em diversos momentos durante a elaboração do plano de manejo, sendo que “os momentos de participação ao longo do processo possuem diferentes objetivos, como informar, consultar, envolver ou atuar de forma colaborativa para a construção coletiva dos elementos do plano de manejo (ICMbio, 2018. p. 41).

Este **Plano de Comunicação** segue os como princípios norteadores (ICMbio, 2018) de:

- I. Avaliar o contexto;
- II. Participação social contínua;
- III. Promover a inclusão;
- IV. Considerar as necessidades das partes interessadas na tomada de decisão;
- V. Diálogo de saberes;
- VI. Incentivar o engajamento social e o pertencimento;
- VII. Aprendizado adaptativo;
- VIII. Construção de relações de confiança mútua;
- IX. Transparência e comunicação;
- X. Distribuição justa de custos e benefícios.

Reconhece assim, a busca na identificação e mobilização dos atores envolvidos nesse processo, estimulando a presença, a participação, a disseminação das informações e o engajamento cidadão, bem como criar ferramentas de comunicação e de ampla divulgação das atividades previstas para a participação social de todas as comunidades presentes na **APA das Nascentes de Araguaína**, em seus diversos momentos. As estratégias de comunicação aqui apresentadas foram organizadas conforme as especificidades de cada fase do trabalho, buscando a participação efetiva, o diálogo e o aprendizado adaptativo da sociedade civil e de organizações e instituições sediadas em todo o seu território.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PÚBLICO-ALVO

Este capítulo se dedica a identificar os principais atores e público-alvo desde plano de comunicação. Inicia-se com a descrição da equipe de planejamento do IAC/UFT, e do papel do Naturatins e das prefeituras municipais. Por fim, destaca ainda os principais atores atuantes no município a serem envolvidos na participação da elaboração do Plano de Manejo da APA.

2.1. Equipe de Planejamento, Naturatins, e Prefeituras Municipais

Apresenta-se a descrição da equipe de planejamento do IAC/UFT, a equipe do Naturatins e das prefeituras municipais.

A **equipe de Planejamento** é responsável pela supervisão técnica e metodológica; pelos procedimentos administrativos; pela análise técnica do plano de manejo e produtos intermediários; por acompanhar e participar de todas as etapas do processo de elaboração do plano de manejo. Aqui é composta pelos professores/pesquisadores, técnicos e estudantes vinculados ao IAC/UFT (**Quadro 1**). São eles:

Quadro 1: Identificação da Equipe de Planejamento

EIXO	FUNÇÃO	NOME
Coordenação	Coordenador Geral	Dr. Humberto Xavier de Araujo
	Coordenadora Técnica	Dr ^a . Maria Carolina P. E. D'Oliveira
	Assist. Administrativo	Juliana Barros Martins Coelho
Meio Físico	Especialista	Dr. Thiago Costa Gonçalves Portelinha
	Especialista	Dr ^a . Poliana Gomes Lopes
	Estagiário de Engenharia Ambiental	Thalita Nayara Rocha Godoy
Recursos Hídricos	Especialista	Dr. Fernan Enrique Vergara Figueroa
	Especialista	Dr. Sérgio Carlos Bernardo Queiroz
	Especialista	Samuel de Andrade Lopes
Meio Biótico	Especialista	Dr ^a . Elineide Eugênio Marques
	Especialista	Dr. Murillo Barros de Carvalho
	Estagiário de Ciências Biológicas	Maria Grazielle Paiva Firmino
Socioeconômico	Especialista	Dr. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca
	Estagiário de Ciências Econômicas	Thaisla Amaro Resplandes
Geoprocessamento	Especialista	Dr ^a . Roberta Mara de Oliveira Vergara
	Especialista	MsC. Pedro Igor Galvão Gomes
	Estagiário de Engenharia Ambiental	Marina Lourenço Mota
	Estagiário de Engenharia Civil	Jhemylle da Silva Sales
Leitura Comunitária	Especialista	Dr ^a . Sarah Afonso Rodvalho
	Especialista	MsC. Renato Silva Reis
	Especialista	MsC. Ana Livia de Macêdo Arouca de Lima
	Estagiário de Arquitetura e Urbanismo	Davi Dias do Amaral

Fonte: IAC/UFT, 2026.

Cabe a equipe de planejamento a coordenar as atividades participativas, com a definição das estratégias de divulgação e mobilização, a produção do material a ser divulgado, e a viabilização dos meios de comunicação e mobilização. Considerando estratégias diferenciadas para os diversos públicos, a saber:

- Para as instituições parceiras, como: Naturatins, prefeituras municipais, Conselho Gestor Deliberativo, entidades sindicais e associações nos municípios, serão enviados documentos

oficiais, por meio de ofícios. Ainda, organização de grupos em aplicativos de conversas com as equipes das prefeituras.

- Para o público em geral serão utilizados meios de comunicação de massa, como: publicações nos sites, redes sociais, banners, carro de som, folhetos e/ou outdoors. Ainda, organização de grupos em aplicativos de conversas para informes sobre o andamento do projeto.

O **Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)** é o responsável pela implantação, supervisão, administração e fiscalização da **APA das Nascentes de Araguaína**. Compõem a equipe do Naturatins para a revisão do plano de manejo (**Quadro 2**):

Quadro 2: Identificação da Equipe Naturatins

Setor	FUNÇÃO	NOME
Sede	Presidente	Cledson da Rocha Lima
	Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas	Perla Oliveira Ribeiro
	Gerente das Unidades de Conservação	Victor Danilo Moreto
	Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico	Laudy Carpes Malescha
	Gerência de Inspeção Ambiental	Maurício José Alexandre de Araújo
	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas	Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
	Gerência de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento	Oscar Barroso Vitorino Júnior
	Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico	Aline Maria Constantin
Gestão da APA	Supervisor de UC do Escritório Regional:	Ayranan Leite Anunciação Suzuki
	Equipe	Athos Dos Santos
	Equipe	Benilson Pereira de Sousa
	Equipe	Edmundo Santos da Rocha
	Equipe	Herco Martins de Oliveira
	Equipe	Iranizio Alencar Santos
	Equipe	Jonas de Sousa Pereira
	Equipe	Jose Fernando de Carvalho
	Equipe	Luis Antonio Lucio Pereira
	Equipe	Maria Alves de Souza Filha
	Equipe	Mayla Evany Ferreira do Nascimento Pinto
	Equipe	Pedro Lucas Rodrigues Pereira
	Equipe	Raione Santos Reis
	Equipe	Silesia Jaqueline De Parente Ayres
	Equipe	Tania Martins Moraes

Fonte: APANA, 2026.

Cabe a equipe do NATURATINS avaliar e contribuir com os produtos técnicos desenvolvidos, cooperar com a execução das atividades participativas e divulgar em suas redes sociais e site os eventos relativos à leitura comunitária. Ainda, cabe a essa instituição a publicação em diário oficial do estado as convocações para as atividades participativas.

As Prefeituras dos municípios e seus respectivos órgãos de meio ambiente também são órgãos na articulação da supervisão, administração e fiscalização da **APA das Nascentes de Araguaína**, a serem considerados (**Quadro 3**).

Quadro 3: Identificação da Equipe Municipais

Município	FUNÇÃO	NOME
Araguaína	Prefeito	Wagner Rodrigues
	Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Joaquim Quinta Neto
Babaçulândia	Prefeito	Ismael Ferreira de Brito
	Secretário de Meio Ambiente e Limpeza Urbana	Tadson Silva Costa
Wanderlândia	Prefeito	Djalma Araújo Ferreira Junior
	Secretária de Meio Ambiente	Vanda Maria Soares Leite

Fonte: IAC/UFT, 2026.

Cabe as prefeituras municipais cooperarem com a execução das atividades participativas, disponibilizando a local e a infraestrutura necessária para a realização destas. Ainda:

- Divulgar em suas redes sociais e site os eventos relativos à leitura comunitária;
- Comunicar e convidar via ofício as principais lideranças locais no município;
- Capacitar e mobilizar seus servidores, principalmente professores e diretores da rede municipal de educação, agentes de saúde da rede municipal e equipe ligada ao meio ambiente e agricultura, como agentes comunitários multiplicadores das atividades que estão sendo desenvolvidas e dos meios de participação.
- Disponibilizar o acesso a documentação a ser apresentadas as audiências públicas de modo impresso em locais físicos para a consulta da população interessada, como na sede da prefeitura, secretaria de meio ambiente e escolas.

2.2. O Conselho Gestor Deliberativo da APA

De acordo com a Lei Estadual nº 1.560, de 5 de abril de 2005 (SEUC) as Unidades de Conservação Uso Sustentável, como as áreas de proteção ambiental – devem dispor de Conselho Gestor Deliberativo, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, e da população residente. A mesma lei, estabelece que o plano de manejo das áreas de proteção ambiental deve ser aprovado por decisão de seu conselho deliberativo. Assim, esse conselho é ator-chave no processo de elaboração do plano de manejo.

O Conselho Gestor Deliberativo da **APA das Nascentes de Araguaína** foi criado juntamente com a própria APA pela Lei Estadual nº 1116/ 1999. Seu Regimento Interno traz como atribuição dele, entre outras, promover o gerenciamento participativo e integrado da referida APA e revisar, com acompanhamento técnico, o Plano de Manejo dela.

O regimento interno Conselho Gestor Deliberativo da **APA das Nascentes de Araguaína** traz em sua seção II, art. 5 a composição dele, com membros titulares e suplentes. Após serem regularmente convocadas por meio de Ofícios expedidos pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS e, posteriormente, reiterados, encaminharam a documentação e a indicação de seus representantes foram habilitadas para compor o Conselho Gestor Deliberativo, para o biênio 2026/2028, as seguintes instituições conforme descritas no **Quadro 4**.

Quadro 4: Conselho Gestor Deliberativo da APA das Nascentes de Araguaína

REPRESENTATIVIDADE	INSTITUIÇÃO
PODER PÚBLICO	1. 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental;
	2. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC
	3. Centro de Ensino Médio Paulo Freire – CEM Paulo Freire
	4. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
	5. Prefeitura Municipal de Araguaína
	6. Prefeitura Municipal de Babaçulândia
	7. Prefeitura Municipal de Wanderlândia
	8. Superintendência Regional de Educação de Araguaína;
	9. Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT
SOCIEDADE CIVIL	1. Cemitério Jardim das Paineiras
	2. Comissão Pastoral da Terra – CPT/AT
	3. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO
	4. Sindicato Rural de Araguaína – SRA;
	5. Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – SINTET

Fonte: Naturatins, 2026

2.3. Demais Atores Sociais por Município

A seguir relaciona-se os principais atores sociais e público-alvo da mobilização para as atividades de revisão do **Plano de Manejo da APA das Nascentes de Araguaína**, destacando povos tradicionais indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e entidades associativas, por município.

2.3.1. Araguaína

Foi identificado no município entidades sindical e associações voltada ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais da localidade (**Quadro 5**).

Quadro 5: Lista de entidades sindicais e associações no município de Araguaína.

Araguaína
ENTIDADE
Sindicato Rural de Araguaína
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Nova Araguaína
Associação dos produtores rurais terra nova
Associação dos produtores rurais A. P. raízes Palmeirante - TO
Colônia dos pescadores de Araguaína e Garimpinho
Associação movimento ecológico amigos do meio ambiente
ASAFRA - associação de agricultura familiar da região de Araguaína - TO
Associação dos pequenos produtores rurais do Assentamento Caju Manso

Fonte: Portal Imediato, 2026. IPEA, 2026.

Há também a presença de muitos balneários, clubes, sede recreativas de associações e outras ocupações no interior da APA, que serão mapeadas para o diagnóstico territorial.

2.3.2. Babaçulândia

Foi identificado no município entidades sindicais e associações voltadas ao suporte dos pequenos e médios produtores rurais (**Quadro 6**).

Quadro 6: Lista de entidades sindicais e associações no município de Babaçulândia, 2021

Babaçulândia	
ENTIDADE	
Colônia de pescadores z-15	
Associação dos barqueiros de Babaçulândia Tocantins	
Associação dos pequenos e médios produtores rurais da ilha de São Jose	
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Nova Esperança	

Fonte: Ipea, 2026.

Há também a presença de muitos balneários, clubes, sede recreativas de associações e outras ocupações no interior da APA, que serão mapeadas para o diagnóstico territorial.

2.3.3. Wanderlândia

Na cidade possui várias entidades rurais e empresas florestais como (**Quadro 7**):

Quadro 7: Lista de entidades sindicais, associações e empresas interessadas no município de Wanderlândia.

Wanderlândia	
ENTIDADE	
Cooperativa dos Produtores Rurais de Wanderlândia	
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Wanderlândia	
Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda	
Associação dos Trabalhadores Rurais Ilha verde	
Associação das Mulheres Trabalhadoras rurais de Wanderlândia	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wanderlândia	
Comissão Pastoral da Terra	
JS Empreendimentos Florestais	
Associação dos apicultores de Wanderlândia e região - APIWAR	

Fonte: Site da prefeitura de Wanderlândia, 2026. Ipea, 2026

Há também a presença de muitos balneários, clubes, sede recreativas de associações e outras ocupações no interior da APA, que serão mapeadas para o diagnóstico territorial.

3. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Este capítulo se dedica a apresentar as estratégias de divulgação e mobilização. Inicia-se com a descrição dos materiais a serem produzidos para divulgação e finaliza com os meios de comunicação a serem utilizados para a mobilização social.

3.1. Material de divulgação

Este item se subdivide em três partes, contendo a síntese explicativa dos materiais (peças) a serem produzidas para a divulgação das atividades, sendo: caracterização e resumo da gestão; guia do participante; e outros materiais gráficos e digitais.

3.1.1. Caracterização e Resumo da Gestão

A caracterização da unidade de conservação consiste na identificação e descrição dos aspectos ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais, político-institucionais e de gestão da unidade (resumos da gestão), bem como do seu entorno (ICMbio, 2018). Dessa forma, a metodologia da

caracterização será dividida em duas partes: (1) **Caracterização dos aspectos biológicos, físicos e sociais** e (2) **Resumos de gestão**.

De acordo com o ICMbio (2018) a parte de **Caracterização dos aspectos biológicos, físicos** e deve incluir:

- **Aspectos ambientais:** Descrição breve e objetiva dos tipos de ambientes existentes na APA, com suas características mínimas, incluindo a indicação de espécies ameaçadas, raras, endêmicas ou especiais (por exemplo, por pressão de caça).
- **Aspectos geológicos e paisagísticos:** Processos geológicos ou paisagísticos relevantes devem ser destacados, assim como os serviços ambientais já identificados para a APA e as ameaças existentes.
- **Aspectos socioeconômicos e histórico-culturais:** Devem ser abordados como principais características da população humana relacionadas com a APA, incluindo: Formas de organização social; Localização das comunidades; Meios de vida; Usos da terra dentro ou no entorno da UC.

Já o resumo de gestão, por sua vez, necessitará minimamente das seguintes informações:

- **Ações de Gestão:** Apontamento das ações empreendidas e em andamento; Situação da regularização fundiária; Situação de uso público; Fontes de financiamento; principais ações de proteção; Existência e funcionamento de programa de voluntariado.
- **Recursos Humanos:** Número de pessoas participantes na UC; Funções desempenhadas por cada membro da equipe, incluindo Servidores públicos e terceirizados; outras formas de suporte institucional.
- **Parcerias e Apoios:** Parcerias formais e informais com Organizações Governamentais; Organizações não governamentais e Convênios; Acordos de cooperação.
- **Projetos com Comunidades:** Projetos em andamento com comunidades tradicionais, como por exemplo, fomento às atividades extrativistas e apoio a cadeias de valor;
- **Projetos de integração com o entorno:** Atividades desenvolvidas com comunidades não tradicionais residentes no interior ou entorno da UC;
- **Conselho Gestor da UC:** Informações sobre o conselho da UC, tais como composição atual, principais formas de atuação e envolvimento do conselho na gestão da unidade.

De acordo com o ICMbio (2018), os itens mencionados anteriormente devem ser escritos de forma concisa e objetiva, incluindo apenas informações importantes para subsidiar as discussões nas oficinas. A **caracterização** deve ser elaborada com até dez (10) páginas e o **resumo de gestão** com até cinco (5) páginas.

3.1.2. Guia do Participante

O guia do participante reúne um conjunto de dados e orientações que contribui para o nivelamento dos participantes e para que eles se apropriem do processo de construção do plano de manejo. Ele deve ser enviado em formato eletrônico juntamente com os convites para participação das oficinas, e contém as seguintes informações: a agenda (programação) resumida da oficina; ficha técnica e mapa de localização da Unidade de Conservação (UC); objetivo da oficina e os **elementos**

do plano de manejo, com a devida explicação do conceito de cada elemento e suas inter-relações; referências bibliográficas e anexos, incluindo: **Caracterização**, o **resumo da gestão** e outros documentos relevantes.

O guia deve conter subsídios para fundamentar as decisões a serem tomadas nas oficinas e audiências públicas:

- Para subsidiar a declaração do **propósito**, é preciso incluir trechos do diploma legal (lei, decreto etc.) que criou a APA, bem como os subsequentes, que ampliaram ou alteraram os limites por outra motivação, se houver. Apresentar bem resumido o objetivo de criação ou o que consta na lei como a definição da categoria. Para subsidiar as declarações de **significância** serão necessárias informações um pouco mais detalhadas, como dados e informações sobre características de importância como proteger uma bacia hidrográfica, por exemplo. No caso desta de revisão, o guia deve conter todo o conteúdo da declaração de significância existentes nos planos de manejo anteriores.
- Os subsídios apresentados como apoio a definição das declarações de significância também serão utilizados para a definição dos **recursos e valores fundamentais**. A análise de contexto e a definição das **necessidades de dados e de planejamento** utilizarão como subsídios a caracterização e o resumo de gestão. Para apoiar a elaboração dos subsídios para **interpretação ambiental**, o guia deve incluir também informações sobre a cultura local e regional, como, por exemplo, folclore, danças típicas, culinária tradicional; festas populares; histórias e lendas ligadas à UC, seus ambientes, recursos naturais e comunidades do interior ou entorno.
- Para subsidiar o **zoneamento**, além das bases cartográficas os mapas base elaborados para a oficina, o guia deve conter a lista de possíveis zonas de acordo com a categoria da APA, seus conceitos, os critérios de escolha de áreas a serem inseridas ou categorizadas como cada zona e as normas para subsidiar a discussão na oficina.

Por se tratar de revisão de Plano de Manejo, contará com o zoneamento atual, as normas vigentes, e as normas já propostas. Em relação aos documentos legais e institucionais serão incluídos apenas os documentos legais que afetam diretamente a UC, como: portarias relacionadas ao conselho da UC e termos de parceria e instrumentos similares. Isso significa dizer que deverá ser evitado a inclusão de legislações gerais como a Constituição Federal e a Lei nº 9.985/2000 e serão apresentados os créditos institucionais e autorais correspondentes (ICMbio, 2018).

3.1.3. Outros materiais gráficos e digitais

Além dos documentos citados nos itens anteriores, os materiais de divulgação voltados para fomentar a participação popular na **revisão do Plano de Manejo da APA das Nascentes de Araguaína**, levando em consideração as características locais busca também diversificar os métodos de divulgação, incluindo a implementação de iniciativas mais simplificadas, como:

- **Folhetos.** Eles são bastante efetivos na divulgação do calendário dos eventos e destacando os benefícios da participação no processo, principalmente combinados com a ação de atores multiplicadores como agentes de saúde e de assistência social, bem como diretores e

professores das escolas. O poder público municipal deve ser o principal encarregado de promover a distribuição destes.

- **Arte gráfica para impressão de grandes formatos.** São representações gráficas com textos informativos para serem impressões em grandes formatos como banners, cartazes, *outdoors*. Servem para ilustrar convites, chamamentos, informes e outros comunicados.
- **Arte gráfica para postagem em redes sociais.** Eles são representações gráficas com textos breves de fácil divulgação por meios digitais. Servem para ilustrar convites, chamamentos, informes e outros comunicados.

3.2. Meios de Comunicação e Mobilização

3.2.1. Documentos oficiais - Ofícios/ convites/ e-mails

Os ofícios serão utilizados como meio formal sempre que houver a necessidade de solicitação de documentos, bem como convites para reuniões, audiências públicas e demais momentos participativos. Esses ofícios serão protocolados via e-mail ou obedecendo às particularidades de cada Órgão que irá recebê-los.

Ainda no sentido de considerar as características locais na busca de diversificar os canais de mobilização, este plano de comunicação prevê a utilização ainda de **Publicações em diário oficial municipal**. A publicação em edital das ações comunitárias dá legitimidade ao processo de elaboração/revisão do Plano de Manejo e deverá acontecer com pelo menos 20 dias de antecedência da ação comunitária a ser realizada.

3.2.2. Audiovisual e Internet

No ambiente virtual (internet), será disponibilizado um site da **elaboração do Plano de Manejo da APA das Nascentes de Araguaína** que funcionará como o principal repositório público de informações referentes ao projeto, porém, outros endereços eletrônicos ajudarão na divulgação e consequente sensibilização de todos os entes envolvidos quanto à cada uma das fases a serem realizadas.

O portal oficial funcionará como o principal ponto de acesso aos documentos técnicos produzidos ao longo das fases do projeto. Além disso, serão reunidos avisos, convites para reuniões públicas, audiências, calendário com dados relevantes e outras informações úteis para a realização do processo de escuta da comunidade de maneira eficiente e eficaz.

O site da elaboração do **Plano de Manejo da APA das nascentes de Araguaína** poderá ser acessado por meio do link: <https://apanascentes.iacuft.com.br>, estando hospedado sob o domínio do IAC/UFT. Nele será possível acessar dados da equipe de planejamento, os documentos, a agenda, meios para a participação e definições (**Figura 2**).

Figura 2. Fluxograma de funcionamento do site.



Fonte: IAC/UFT, 2026

As redes sociais, como o Instagram, também serão utilizadas para divulgação imediata de eventos, reuniões, e de chamamentos para quando novos documentos ou relatórios da elaboração do Plano de Manejo estejam disponíveis ao acesso público, sendo, assim, ferramenta importante. O Instagram foi escolhido por ser uma rede social de amplo acesso e com possibilidade de campanhas patrocinadas de divulgação, poderá ser acesso no **@apanascentes**.

Serão utilizados também grupos e listas de transmissão via aplicativo de conversa como WhatsApp, que permita a comunicação rápida e eficiente entre os interessados, facilitando também a divulgação desse material também pela população.

Ainda neste sentido, outros meios de comunicação e mobilização dos parceiros também serão utilizados, como:

- **Redes oficiais do Governo do Estado/Naturatins.** O site oficial do Governo do Estado, na página do Naturatins, deve publicar as notícias no decorrer do projeto, de tal forma que poderá também fazer o redirecionamento para o site oficial da elaboração do Plano de Manejo da **APA das Nascentes de Araguaína**. Além do site, as contas oficiais do Instagram do Governo do Estado e Naturatins irão tornar públicas as principais notícias que norteiam o presente trabalho.
- **Redes oficiais das Prefeituras dos municípios envolvidos na APA das Nascentes de Araguaína.** As redes oficiais das prefeituras também terão um papel fundamental na divulgação de informações relacionadas ao projeto, funcionando como canais complementares de comunicação com a população. Nesses portais institucionais, poderão ser publicadas notícias autorais atualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da **elaboração do Plano de Manejo da APA das Nascentes de Araguaína**, bem como convocações abertas à comunidade, convites para reuniões, audiências públicas e demais momentos participativos. Essa estratégia visa ampliar a transparência, facilitar o acesso da população às informações e estimular o engajamento dos moradores nas etapas estratégicas dos projetos. As prefeituras poderão também redirecionar para os sites oficiais do Governo do Estado ou para a plataforma específica do projeto, que por sua vez, conforme descrito anteriormente, será alimentada pelo IAC.

- **Site Oficial do Instituto de Atenção às Cidades IAC/UFT e UFT.** O site do IAC/UFT (www.iacuft.org.br) ou da Universidade Federal do Tocantins (www.uft.edu.br) o cidadão poderá conhecer de modo detalhado a equipe de professores, pesquisadores e estagiários que compõem diretamente o grupo do presente trabalho.
- **Carro de Som.** É um canal de mobilização bastante popular e tradicional nos municípios do interior do estado do Tocantins. Devendo ser utilizado nos dias mais próximos aos eventos com a intenção de reforço do compromisso, data e local. As Prefeituras, através das suas assessorias de Comunicação devem ser parceiras na utilização dessa estratégia.
- **Outdoor.** É um meio de publicação de informações em locais de grande circulação de pessoas. Podendo ser utilizado para divulgar as datas importantes das atividades de participação nos municípios.

4. PROCEDIMENTO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS

São muitos os objetivos das ações comunitárias, como previsto no Anexo 3 do roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMbio, 2018): informar, consultar, envolver, colaborar e delegar poder. Cada tipo de ação tem seus objetivos específicos, detalhados a seguir.

Todas as ações comunitárias descritas nesse plano de comunicação são públicas, com participação livre, sem a necessidade de inscrição prévia, sendo a lista de presença do evento o registro da participação social, de pessoa física ou de entidade organizada.

Os materiais de divulgação, como o resumo da caracterização e gestão; o guia do participante; e outros materiais gráficos e digitais, a serem distribuídos pelos meios de comunicação e mobilização, sejam por ofícios, convites, informes; impressos ou digitais; com utilização de sites e redes sociais, tem por objetivo **informar**. Ou seja, “fornecer ao público informações equilibradas e objetivas para lhes assistir no entendimento de seus problemas, alternativas e/ou soluções” (ICMbio, 2018. p. 180).

4.1. Plenária do Conselho Gestor Deliberativo da APA das Nascentes de Araguaína

O regimento interno do Conselho Gestor Deliberativo da **APA das Nascentes de Araguaína** traz que as plenárias como instância superior da estrutura organizacional do Conselho. Elas devem acontecer no mínimo, uma reunião ordinária a cada bimestre e reuniões extraordinárias a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho ou por solicitação de 2/3 dos seus integrantes. Sendo que a Presidência do Conselho pode convocar reuniões extraordinárias sempre que necessário, respeitando o prazo mínimo de convocação de 10 dias.

As reuniões de plenária seguem a seguinte ordem, conforme previsão de seu regimento interno:

- I - Instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;
- II - Leitura, discussão e aprovação de ata da reunião anterior;
- III - Apresentação, discussão e encaminhamento de pauta do dia;

- IV - Agenda livre para, a critério da Plenária do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento de plenária os assuntos de interesse geral;
- V - Constituição de Grupos de Trabalhos, quando for o caso;
- VI - Encerramento da reunião pela Presidência do Conselho

Como uma das diretrizes para os planos de manejo previsto no roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMBio, 2018) prevê a necessidade **envolver** o conselho gestor em todo o processo de revisão do plano de manejo. Além dele ser o principal instrumento de discussão, negociação e gestão do território.

Desta forma, no início do processo de elaboração do plano de manejo é necessário que o tema seja apreciado em plenária pelo conselho gestor da APA, que de acordo com a Lei Estadual Nº 1.560, de 5 de abril de 2005 (SEUC), os Planos de Manejo devem ser aprovados mediante a decisão do Conselho Deliberativo da APA.

Nesta ocasião deverá ser constituído **Grupo de Trabalho (GT)**, uma das instancias da estrutura organizacional do conselho, constituído por pelo menos três membros, sendo um deles coordenador. Caberá a esse GT o acompanhamento do processo, participando das discussões junto à equipe de planejamento quanto a estratégia de participação social e comunicação a serem adotadas no processo e atuando na interlocução com o conselho.

4.2. Reuniões setoriais

As reuniões setoriais são eventos de qualidade mais informal, a serem realizados de acordo com a demanda encontrada nas especificidades da APA. Visam informar, consultar e envolver atores de um grupo específico de interesse, de modo a garantir uma participação qualificada. Podem ser realizadas nas etapas de mobilização e de caracterização em datas alternativas a primeira audiência e as oficinas de elaboração do Plano de Manejo, sem nunca substituir tais eventos. São sugestões de reuniões setoriais:

- Reunião setorial com a equipe das prefeituras municipais (meio ambiente e Desenvolvimento urbano);
- Reunião setorial com comunidades tradicionais;
- Reunião setorial com proprietários privados;
- Reuniões setoriais de interesses específicos;
- Reuniões setoriais de empresários atuantes em determinado setor.

É imprescindível o registro de todas as reuniões setoriais realizadas, incluindo meios de divulgação, lista de presença, fotos e registro das atividades e ata.

4.3. Oficinas Comunitárias de elaboração do Plano de Manejo

As **oficinas comunitárias de elaboração do plano de manejo** é a etapa principal do processo e tem por objetivo reunir um público interdisciplinar que conheça e que possa contribuir com a UC, para construir com a definição dos elementos que compõem o plano de manejo. As oficinas são momentos de **consultar** e **envolver** a população: obter respostas do público presente e ainda orientações quanto as decisões; bem como “garantir que as preocupações e aspirações do público

sejam coerentemente compreendidas e consideradas” (ICMbio, 2018. p. 181). São previstas **5 (cinco) oficinas comunitárias de elaboração do Plano de Manejo**, sendo cada uma delas sediadas em um dos municípios participantes da **APA das Nascentes de Araguaína**. Outras **2 (duas)** em locais estratégicos, comunidades tradicionais, núcleos mais distantes e grupos específicos.

São os principais passos para a preparação da oficina de revisão do plano de manejo, segundo o roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (ICMbio, 2018) são:

- Definição e mobilização dos participantes da oficina.
- Organização da logística e programação detalhada da oficina.
- Elaboração e publicidade da caracterização e do resumo de gestão.
- Elaboração e publicidade do guia do participante.

Deverão ser divulgados pelos **meios de comunicação e mobilização** o convite para as **oficinas de revisão do plano de manejo** deve estar acompanhado da programação detalhada da oficina; caracterização e do resumo de gestão; e do guia do participante, para que os participantes possam se familiarizar, previamente, com o escopo dos trabalhos e o que se espera da sua contribuição. Com antecedência mínima de 20 dias do início da oficina.

São etapas obrigatórias na programação de todas as oficinas:

- **Registro dos presentes:** todo o público presente deve registrar sua participação por meio de **lista de presença**, com a devida identificação do participante.
- **Apresentação:** A caracterização e do resumo de gestão bem como o guia do participante deverão ser apresentadas, de forma clara e concisa, utilizando uma parcela reduzida do tempo do evento. Esta atividade será ministrada por representante da equipe de planejamento.
- **Dinâmicas e atividades específicas:** a atividades para a construção dos elementos do plano de manejo e dinâmicas motivacionais e de avaliação constante do andamento da oficina a serem planejadas e organizadas de acordo com o tempo e recursos disponíveis e adaptada a cada uma das realidades dos municípios.
- **Encerramento:** o representante da equipe de planejamento que conduziu a oficina deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações.
- **Registro em ata:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada.
- **Registros audiovisuais:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação.

As **oficinas de revisão do plano de manejo** devem buscar resultados referente ao **diagnóstico**, “com a conceituação para que serve a UC (seu propósito), com a definição do porquê ela é especial (significância) e quais são seus recursos e valores mais importantes (recursos e valores fundamentais)” (ICMbio, 2018. p. 78). Seguido da **análise do contexto**, tendências e ameaças, que

devem subsidiar o **planejamento**, momento em que devem priorizadas as necessidades, definido o **zoneamento** e as **normas**.

4.4. Audiências Públicas

As audiências públicas, como as oficinas têm como objetivo de **consultar** e **envolver** a população: obter respostas do público presente e ainda orientações quanto as decisões.

São previstas 3 (três) tipos de audiências públicas: (I) para apresentação dos planos de trabalho e comunicação; (II) para apresentação da proposta de Zoneamento; e (III) apresentação da proposta dos programas de manejo. Planeja-se que **1 (uma)** audiência pública de apresentação dos planos de trabalho e comunicação, a acontecer em Araguaína. Depois planeja-se **3 (três)** audiências públicas para apresentação da proposta de do Zoneamento e outras **3 (três)** audiências públicas para apresentação da proposta dos programas de manejo, uma em cada tipo em cada um dos municípios que compõem a APA.

Deverão ser divulgados pelos **meios de comunicação e mobilização** o convite para as **audiências públicas** que deve estar acompanhado da programação detalhada dela e dos documentos a serem apresentados, para que os participantes possam se familiarizar, previamente, com o escopo dos trabalhos e o que se espera da sua contribuição. Com antecedência mínima de 20 dias.

Para atingir seus objetivos as audiências públicas seguem um rito organizado a ser adotado, seguindo preferencialmente a seguinte estrutura, podendo ser adaptado e/ou complementado para atender requisitos específicos.

- **Registro dos presentes:** todo o público presente deve registrar sua participação por meio de **lista de presença**, com a devida identificação do participante. A lista de presença da audiência será juntada à ata do encontro.
- **Composição da mesa:** a abertura da audiência se dará com a composição da mesa com os principais representantes dos atores presentes, considerando as lideranças de cada localidade. O representante da equipe de planejamento que vai conduzir a audiência deve reafirmar o compromisso e importância comunitária, apresentar a estrutura de gestão e acompanhamento e introduzir o objetivo da audiência.
- **Apresentação das informações:** as questões-chave deverão ser apresentadas aos participantes, de forma clara e concisa, utilizando uma parcela reduzida do tempo do evento. Esta atividade será ministrada por representante da equipe de planejamento.
- **Discussão dos principais pontos:** as discussões sobre os principais pontos apresentados; questionamentos sobre o material; apresentação de propostas e sugestões devem acontecer mediante inscrição organizada pela equipe de planejamento, ao longo do período aberto para contribuições dos presentes. Essa discussão tem como foco: o registro de sugestões de alterações no material apresentado, a serem aprovadas; identificação e localização os pontos mencionados pela população, como atributos, infraestruturas ou correção e validação dos mapeamentos realizados, que deverão ser atualizados e disponibilizados à população; e registro de propostas. O tempo para intervenção oral dos presentes não poderá exceder 3 minutos para atender ao

horário limite previsto. Caso a ação comunitária se prolongue, a atividade poderá ser suspensão e retomada em nova data.

- **Encerramento:** o representante da equipe de planejamento que conduziu a audiência deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações.
- **Registro em ata:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada. A lista de presença preenchida com as inscrições, ao início dos encontros, poderá ser anexada à ata.
- **Registros audiovisuais:** a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação.

5. PROPOSTA DE CRONOGRAMA DE EVENTOS

FASE	EVENTO		DATA
0 Mobilização	1.	Reunião setorial de Lançamento do Projeto – Elaboração do Plano de Manejo da APA das Nascentes de Araguaína.	19/06/2026
	2.	Reunião com Conselho Gestor Deliberativo.	10/08/2026
	3.	1ª Audiência Pública de apresentação dos planos de trabalho e comunicação – Araguaína.	11/08/2026
A Caracterização	4.	Oficina de Leitura Comunitária – Araguaína.	Data provável 25/04/27 à 28/04/27
	5.	Oficina de Leitura Comunitária – Babaçulândia	
	6.	Oficina de Leitura Comunitária – Wanderlândia	
	7.	Oficina de Leitura Comunitária – em área estratégica a se definir	
	8.	Oficina de Leitura Comunitária – em área estratégica a se definir	
B Zoneamento	9.	2ª Audiência Pública para apresentação da proposta do Zoneamento – Araguaína.	Data provável 27/06/27 à 29/06/27
	10.	2ª Audiência Pública para apresentação da proposta do Zoneamento – Babaçulândia	
	11.	2ª Audiência Pública para apresentação da proposta do Zoneamento – Wanderlândia	
C Programas de manejo	12.	3ª Audiência Pública para apresentação da proposta dos Programas de Manejo – Araguaína.	Data provável 22/08/27 à 24/08/27
	13.	3ª Audiência Pública para apresentação da proposta dos Programas de Manejo – Babaçulândia	
	14.	3ª Audiência Pública para apresentação da proposta dos Programas de Manejo – Wanderlândia	

As datas e local para o evento em cada município serão definidas de acordo com a logística e a disponibilidade dos espaços e infraestruturas para a realização deles. Sendo divulgadas com antecedência de 20 dias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso abr. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

ICMBio. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2018. 208 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf. Acesso abr. 2025.

ICMBio. **Instrução Normativa nº 7/2017/gabin/icmbio, de 21 de dezembro de 2017**. Brasília, DF: ICMBio, 2017. 8 p. Disponível em: www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoesnormativas/arquivos/intrucao_normativa_07_2017.pdf. Acesso abr. 2025.

TOCANTINS. Lei Estadual nº 1116, de 09 de dezembro de 1999. **Cria a unidade de conservação que especifica**. (DOE nº 869/1999).

TOCANTINS. Lei Estadual nº 1.558, de 31 de março de 2005. **Altera o art. 1º da Lei 907, de 20 de maio de 1997, modifica a denominação e a composição dos conselhos das unidades de conservação, e adota outras providências**.



REALIZAÇÃO



FAPTO

FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS